



IBAS



República da Guiné-Bissau

Fundo IBAS

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NA GUINÉ – BISSAU

### DESCRITIVO DO PROJECTO

Este projecto de Cooperação Técnica financiado pela Índia, pelo Brasil e pela África do Sul (Fundo IBAS) tem como objectivo desenvolver actividades com as populações alvo nos sectores da agricultura, pecuária e comércio, visando combater a pobreza e a fome

PELO PNUD:



Data: 17/12/04

Pelo Governo da Guiné-Bissau:



Data: 17/XII/04

## Prefácio

Aquando da Cimeira Mundial sobre a Alimentação, realizada em 1996, quase duzentos países comprometeram-se em envidar esforços no sentido de acabar com a fome no mundo. Apesar desse compromisso solene expresso na Declaração de Roma, não há sinais significativos de redução da pobreza no mundo. Pelo contrário, ao longo da década de 90, assistiu-se um recuo deplorável no âmbito do desenvolvimento humano.

O facto de o século XXI ter começado com o legado de retrocesso social torna-se desconfortável! Hoje, em 54 países, 20 dos quais em África, o rendimento per capita diminuiu em relação a 1990. Além disso, a esperança de vida à nascença tem baixado em 34 países, o número de pessoas que sofrem de fome tem aumentado em 21 países, e, em 14 países, morrem mais crianças menores de 5 anos de idade.

Hoje em dia, a fome afecta cerca de um quarto da população mundial, incluindo 300 milhões de crianças. Todos os dias, 24 000 pessoas são vítimas de doenças directamente associadas com a sub-nutrição. O número dos que lutam pela sobrevivência, com menos de um dólar por dia no mundo actual, é idêntico, senão pior, comparada com o de há vinte anos. Combater a fome e a pobreza torna-se, portanto, um imperativo ético, moral e social.

## I Contexto

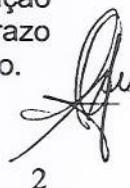
A Índia, o Brasil e a África do Sul estabeleceram, motivados pelo firme compromisso de melhorar a cooperação Sul-Sul, o Fundo IBAS, para o alívio da fome e da pobreza. Trata-se de uma iniciativa pioneira de três países em desenvolvimento que abraçaram a obrigação moral, política e económica de ajudar outras nações a combater a pobreza. O fundo será gerido pelo PNUD.

O propósito do Fundo IBAS é, "implementar projectos duplamente faseados em países em desenvolvimento", com bons exemplos de combate à pobreza e a fome, incluindo acções que visam melhorar o acesso à saúde, educação, saneamento e segurança alimentar. Como tal, este fundo torna-se um instrumento para apoiar o desenvolvimento de todos os povos com menos vantagens no processo de desenvolvimento.

A presente proposta de cooperação técnica com o Governo da Guiné-Bissau é consistente com os requisitos para financiamento IBAS e prevê actividades que visam a erradicação de extrema pobreza e a fome, permitindo assim o desenvolvimento de um mundo de parceria, como recomendado pela Cimeira do Milénio das Nações Unidas.

O projecto enquadra-se perfeitamente nas grandes orientações de política e estratégia de desenvolvimento contidas na Carta de Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA), no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), nos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) e nas Novas Estratégias para o Desenvolvimento em África (NEPAD). O mesmo servirá de catalizador e de complemento de certas actividades programadas ou já iniciados pelo governo e os seus parceiros, como por exemplo o Projecto de Cooperação Técnica – EMBRAPA/FUNDEI; o Programa Nacional de Investimento a Médio Prazo FAO/MADR, e o Serviço de Desenvolvimento de Negócios, MCITA/Sector Privado.

H

  
2

## II. Análise da situação

Com uma população de aproximadamente 1,3 milhões de habitantes e uma superfície de 36 125 km<sup>2</sup>, a Guiné-Bissau é um país de baixo rendimento situado na costa Ocidental da África. Um rendimento per capita bruto de 138 200 FCFA em 2002 (210 euros) coloca o país entre os mais pobres do mundo, e o seu índice de Desenvolvimento Humano situa-o na 172<sup>a</sup> posição, entre os 177 países referenciados no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004. Em 2002, o perfil da pobreza revela que 64,7% da população é pobre (vivendo com menos de 2 USD / dia) e 20,8% extremamente pobre (vivendo com menos de 1 USD/dia). Sómente 54% tem acesso à água potável e 10% à electricidade. Estima-se que 67% da população vive em zonas rurais e a falta ou escassez de infra-estruturas justifica os indicadores sociais baixos. Apenas 36,6% da população adulta consegue ler e escrever, e o analfabetismo prevalece sobretudo nas mulheres (84,5%). As despesas com cuidados de saúde provém de sómente 1% do PIB, equivalente a metade de outros países Africanos de baixo rendimento, resultando em taxas de cobertura bastante baixas (um posto sanitário para 35 491 habitantes, um médico para 11 371 habitantes e uma parteira para 9 926 habitantes (OMS, 2001). A esperança de vida à nascença de 45 anos e a mortalidade infantil estimada em 124 por mil nados vivos em 1999, é consideravelmente mais elevada do que a média da África Sub – Sahariana.

Entre 1980 e 2002, o crescimento demográfico transcendeu o crescimento do PIB, resultando num declínio geral na ordem de 0,9% em termos de nível de vida. Após dois anos de contracção do PIB (- 4,2% em 2002 e - 1,2% em 2003) prevê-se uma taxa de crescimento de 3% do PIB em 2004. Espera-se um melhoramento moderado em termos de desempenho económico. A paralisação económica foi provocada pela deterioração das finanças públicas. Em 2002 e 2003, a grelha salarial representava respectivamente, 81,8% e 95,8% de rendimentos, excluindo donativos, limitando assim a capacidade do Estado em pagar salários aos funcionários públicos. Entre 1994 e 1999, a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) baixou de 73% para 24% do PIB. O investimento interno, enquanto percentagem do PIB, baixou de 48,4%, em 1992, para 8,3% em 2002. Além disso, em 2003, a dívida externa do país representava 341,1% do seu PIB. O fraco desempenho económico e a má gestão fiscal tem impedido o país de tirar maior proveito da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados.

O sector primário, que corresponde à agricultura, pecuária, pescas e florestas, constitui o principal sector de actividade económica do país, gerando quase 50% do PIB, 93% de exportações e empregando 83% da população activa. As actividades neste sector caracterizam-se pela sua natureza predominantemente de subsistência, e o seu potencial vê-se limitado pelo ciclo vicioso de "baixo investimento – baixa produtividade – baixo rendimento". O sector caracteriza-se: (i) pela dependência de um único produto de exportação: a castanha de caju ; (ii) pelo diminuição progressiva de terras destinadas à cultura de produtos alimentares, e; (iii) pelo agravamento de défice alimentar. Pratica-se em todo o país, a agricultura de subsistência que tem um papel vital ao garantir a segurança alimentar da família. Os principais obstáculos ao desenvolvimento do sector agrícola são: a falta de produtos agrícolas, incluindo sementes, redes inefficientes de distribuição e transporte e, pouco conhecimento de técnicas de armazenamento, conservação e transformação.

De acordo com a Carta Política de Desenvolvimento Agrário, de 2002, do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a produção de arroz irrigado, a principal dieta do país, é vital para a segurança alimentar na Guiné-Bissau. A quantidade anual bruta de arroz em casca estima-se em 88 000 tons (dados de



2003), o que representa 58% da produção total deste cereal. A cultura de arroz nos campos de mangal, com rendimentos de 1 700 a 2 600 Kg/ha, contribui com 32% na produção total; a produção de arroz de bolanha, com rendimentos de 600 a 1 200 Kg/ha, contribui com aproximadamente 33%, e a orizicultura pluvial, com rendimentos de 400 a 600 Kg/ha, contribui com cerca de 35%. Geralmente os lavradores de arroz não dispõem de recursos para aquisição de produtos modernos (sementes de qualidade, fertilizantes, produtos correctivos de solos, pesticidas, etc.).

Os camponeses praticam ainda outras culturas para auto-consumo, tais como a da batata doce, da mancarra, do feijão, da mandioca, do inhame, etc., cujos excedentes são comercializados.

Outros cereais como o milheto (18 000 tons/ano), o sorgo (13 000 tons/ano) e o milho (22 000 tons/ano) fazem parte da dieta alimentar das populações. Estima-se em 175 Kg/habitante o consumo anual destes cereais, havendo ainda um défice de 62 000 tons.

A horticultura é essencialmente praticada por mulheres, particularmente no projecto "Cintura Verde" de Bissau, onde 2 000 horticultoras foram recenseadas. Segundo as estatísticas deste projecto, a horticultura cobria uma superfície de 450 ha a nível nacional, em 1994, ocupando 9 600 pessoas. Durante a campagna de 1999/2000, com o apoio do PNUD e da FAO estimou-se uma superfície de 665 ha, para mais de 33 000 horticultoras. Actualmente a horticultura é uma das principais fontes de rendimento familiar para o camponês, com uma produção de aproximadamente 40 000 tons/ano.

A produção de caju tem um papel importante na economia da Guiné-Bissau. Com mais de 90 000 tons por ano e, considerando a idade media de cajueiros existentes, espera-se aumentar a produção para 140 000 tons por ano, até 2008. Em 1995 a superfície plantada atingiu os 103 000 hectares. A sua exportação rende ao país aproximadamente 75 milhões de dólares americanos por ano. Dado que a economia da Guiné-Bissa depende de fontes externas de rendimento, os seus recursos de cambio estrangeiro estão neste modo sujeitos às flutuações do mercado internacional para um único produto que cobre parte das crescentes importações de alimentos, particularmente arroz, para consumo interno. O cajueiro, plantado em grande escala, exige pouco trabalho, estando limitado à colheita estacional. O potencial económico do caju não é totalmente explorado, limitando-se apenas à comercialização da sua castanha e, em pequena escala, à produção de vinho para consumo.

Além do caju, existe um potencial natural para a produção de outras frutas e culturas exportáveis. Trata-se da manga, dos citrinos, da banana, do coconote e da cola, do algodão, do palmiste e da mancarra, pois o país dispõe de condições agro-climáticas favoráveis. 72% das plantações encontram-se nos planaltos e 22% junto das tabancas. Nos últimos anos certos produtores agrícolas (ponteiros) têm ensaiado timidamente exportar mangas, encontrando obstáculos evidentes em termos de evacuação do produto, conservação nos terminais de transporte e de custos de exportação.

Os produtos da pecuária contribuem com 17% do PIB nacional e 32% do PIB do sector agrícola. As estatísticas apontam para 41 000 bovinos (74% na zona leste); 240 000 ovinos (85% na zona leste); 225 000 (58% na zona leste); 67 000 porcinos (49% na zona norte); e 473 000 aves em todo o país. O consumo anual de



carne por habitante é estimado em 6 Kg, mas a procura nos centros urbanos de carne e produtos leiteiros é satisfeita pela importação.

Os principais constrangimentos que impedem o desenvolvimento deste sector estão ligados à precariedade da saúde dos animais, à falta de melhoramento das raças locais e da pastagem disponível e, sobretudo, à escassez de água durante a estação seca, em que os camponeses são obrigados a praticar a transumância, levando o gado para as duas principais zonas dotadas de recursos de água natural durante este período: Geba e Corubal. A pastagem natural é a base da alimentação dos animais.

A Guiné-Bissau possui igualmente consideráveis recursos florestais com cerca de 2 milhões de hectares de florestas. Em 1992, as reservas em madeira estimavam-se em 48,3 milhões de m<sup>3</sup>. Estes recursos são suficientes para o consumo interno (1,2 milhões m<sup>3</sup>), ao que se deve acrescentar as exportações oficiais (carvão) de mais de 2 milhões m<sup>3</sup>/ano. Os recursos florestais estão a degradar-se severamente, com reservas a declinar num ritmo de 625 m<sup>3</sup>/ano.

O Governo da Guiné-Bissau implementou nos últimos anos uma série de iniciativas para promover o aumento sustentável da produção agrícola e pecuária visando garantir a segurança alimentar e reduzir a pobreza, enquanto encetava acções conducentes à estabilização macro-económica e a reformas estruturais.

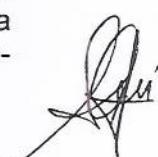
A Índia, o Brasil e a África do Sul são os que mais desenvolvem e detêm tecnologias relacionadas com os sectores agrícola e pecuário. Instituições avançadas na Índia, no Brasil (por exemplo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária – EMBRAPA, e várias universidades) e a África do Sul, têm sido centros de excelência na divulgação de tecnologias apropriadas, eficazes e eficientes e, desta feita, elevando o nível das produções agrícola e pecuária tanto para consumo interno como para exportações e aumento de rendimento da família.

Os principais beneficiários desta proposta de cooperação técnica são:

- O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural ;
- O Ministério do Comércio, Indústria, Turismo e Artesanato;
- Organizações de produtores existentes ( em particular aquelas representando mulheres).

### III Estratégia

Reconhecendo a importância do sector primário no contexto geral da estratégia de redução da pobreza no país, o projecto vai procurar intervir de maneira estratégica no desenvolvimento das capacidades de gestão sustentável na utilização de recursos agro-pecuários, bem como aumentar o rendimento da família no seio das comunidades e grupos alvo. Sob a orientação política do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em colaboração com o Ministério do Comércio, Indústria, Turismo e Artesanato, e de outras instituições governamentais e parceiros activos no sector (FAO, União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Mundial) o projecto procura alargar actividades do Programa Especial de Segurança Alimentar do Governo, introduzindo novas actividades capazes de aumentar e diversificar a horticultura, produzir animais de ciclo curto e melhorar técnicas de transformação do caju. Devida ênfase será dada na identificação de estrangulamentos nas cadeias de produção-processamento-



distribuição e comercialização que, presentemente, ameaça o desenvolvimento do sector.

No âmbito deste projecto, a cooperação Sul-Sul pode ser uma das componentes para se poder fazer face ao problema de fome e da segurança alimentar na Guiné-Bissau, através da transferência de conhecimentos e de peritagem de instituições especializadas dos países IBAS, visando reforçar as actuais capacidades institucionais. Isto pode ser alcançado através da formação activa de recursos humanos no sector (governamentais e outros) e na adopção de métodos de:

- Teste e divulgação de lavoura adaptável, e de técnicas e tecnologias de pastagem, e
- Diagnóstico, planificação e avaliação dos recursos agrícolas, florestais e pecuários da Guiné-Bissau

Por isso, o maior resultado previsto pelo projecto é levar a cabo acções que visem o aumento da produção de arroz através da transferência de tecnologia, assim como a exploração sustentável da fruticultura tropical,, o desenvolvimento das florestas e da pecuária, mediante demonstração de processos iteractivos e participativos que envolvam famílias de camponeses e suas formas de organização, com os seguintes objectivos.

- (i) Reduzir o déficie de produção do arroz;
- (ii) Melhorar e diversificar a horticultura;
- (iii) Melhorar a cria de animais de ciclo curto;
- (iv) Mais valia no sector de caju e promover a utilização dos seus produtos;
- (v) Promover o desenvolvimento de pequenas e medias unidades agro-industriais.

#### **IV Mecanismo de Implementação e de Avaliação**

Será criado um Comité de Seguimento do projecto com as funções de: i) orientação geral das actividades do projecto; ii) validação dos Planos Anuais de Trabalho; iii) avaliação dos Relatórios de Actividades, e iv) avaliação anual da execução do projecto.

O Comité de Seguimento será composto por funcionários de alto nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, que preside, do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Ministério do Comércio, Industria, Turismo e Artesanato. Serão convidados a fazer parte do Comité de Seguimento os representantes das ONG e do Sector Privado que virem a ser implicados directamente na execução do projecto. Deverá reunir-se pelo menos duas vezes por ano.

O Director Nacional do Projecto, a ser recrutado pelo PNUD, após consulta e aval por escrito do Governo representado pelos Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, e do Comércio, Industria, Turismo e Artesanato, assegurará o secretariado técnico do projecto, a planificação, a organização e o seguimento das consultorias e das actividades. Ele(a) prestará contas ao PNUD e ao Governo, mediante relatórios trimestrais (técnicos e financeiros), os quais serão validados pelo Comité de Seguimento. Serão efectuadas duas avaliações, uma a meio percurso e outra no fim da implementação das actividades do projecto.

H

O Director Nacional será apoiado(a) por um assistente administrativo que será também recrutado(a) pelo PNUD. A assistência técnica de curto prazo, prevista no projecto, fornecerá uma peritagem especializada.

Com vista a assegurar a implementação rápida do projecto e a fim de garantir mais flexibilidade na gestão de actividades que envolvam vários parceiros e instituições implicadas, o projecto obedecerá à modalidade DEX (execução directa pelo PNUD). O desembolso de fundos será garantido pela flexibilidade do projecto, pela modalidade de execução retida e pela possibilidade de execução rápida e simultânea das actividades.

## V Objectivos e resultados esperados

O projecto baseia-se na necessidade de alargar as actividades do Programa Especial sobre a Segurança Alimentar para novas zonas agro-ecológicas e introduzir novas práticas no seio de comunidades rurais, visando diversificar e intensificar a oricultura, a horticultura, animais de ciclo curto e a utilização de cajú e seus derivados.

### Objectivo 1: Reduzir o défice da produção de arroz no país.

- Campos de arroz de mangal recuperados (previsão de 690 hectares, 150 hectares de campos de arroz de planalto e 4 hectares de horticultura) pela introdução de uma prática eficiente de gestão e distribuição da água no seio das comunidades alvo.
- Camponeses formados e capacitados na gestão sustentável da água nos campos de arroz.
- Técnicas de planificação de oricultura para comunidades e famílias, desenvolvidas e divulgadas.
- Sistema de comercialização melhorado

### Objectivo 2: Melhorar e diversificar a horticultura.

- Recursos disponibilizados para horticultura, durante o ciclo anual.
- Novas espécies de fruticultura e horticultura introduzidos.
- Técnicas de conservação e de transformação, introduzidas.
- Sistema de comercialização melhorado

### Objectivo 3: Melhorar a cria de animais de ciclo curto.

- Disponibilidade acrescida de alimento animal melhorado.
- Condições sanitárias e de saúde de gado, melhoradas.
- Sistema de comercialização de gado melhorado.

### Objectivo 4: Promover o desenvolvimento de pequenas e médias unidades agro-industriais.

- Valor acrescentado nos produtos de caju, frutas e hortícolas
- Sistema de comercialização melhorado

### Objectivo 5: Apoio institucional.

- Capacidades reforçadas das instituições governamentais e das instituições do sector privado implicadas para monitorar, avaliar e replicar as componentes acima citadas.

H

## **VI      Contexto legal**

A gestão integral do projecto será efectuada de acordo com as regras e regulamentos do PNUD e orientada pelo segundo Quadro de Cooperação Global 2001-2003 submetido e aprovado pelo Conselho Executivo. O texto completo do segundo GCF está disponível no <http://www.undp.org/execbrd/>.

Este documento de projecto constitui o instrumento definido no Artigo 1º do Acordo Básico entre o Governo da República da Guiné-Bissau e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, assinado em 25 de Julho de 1975.

As seguintes alterações podem ser introduzidas no Documento de Projecto uma vez assinado pelo Representante Residente do PNUD, desde que os outros assinantes do documento não tenham qualquer objecção por escrito contra as alterações propostas:

- Revisões ou suplementos introduzidos nos anexos da descrição do projecto;
- Revisões sem impacto visível sobre objectivos imediatos, resultados e actividades do projecto, mas sobretudo sobre a evolução do acordado sobre contribuições ou inflação ligada ao aumento de custos; e
- Revisões anuais obrigatórias para a reorganização de tranches da provisão de contribuições do projecto previsto; aumento devido à inflação; despesas com o peritos ou outras despesas; segundo a flexibilidade financeira da organização envolvida.

As despesas com o Projecto podem ser autorizadas pelo Representante Residente do PNUD ou pelo seu Adjunto.



### **Quadro de resultados**

**Resultado esperado em coerência com o Quadro de Resultados de País**  
Apoyo a iniciativas locais de redução da pobreza

**Indicador de resultado em coerência com os Resultados do Programa País e Quadro de Recurso,**  
Linha de Serviço MYFF Aplicável  
Objectivo 3.5 – Conservação e utilização sustentável da bio-diversidade

#### **Estratégia de Parceria**

A desenvolver com países IBAS, instituições que teriam adquirido valiosa experiência em áreas abrangidas pelo projecto: EMBRAPA, FAO, Banco Mundial, UE e organizações comunitárias de base

#### **Título do Projecto e Identificação**

Apoio ao sector de Agricultura e Pecuária na Guiné – Bissau

<b>Resultados esperados</b>	<b>Actividades</b>	<b>Recursos</b>
1. Unidade de Gestão operacional e projeto avaliado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir diariamente as actividades do projecto</li> <li>• Avaliar o Projecto. Produzir relatórios financeiro e técnico</li> </ul>	\$75,000
2. Produção e produtividade do arroz aumentadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar 4 áreas de demonstração</li> <li>• Sensibilizar Comunidade/ Famílias</li> <li>• Adquirir e distribuir materiais e sementes</li> <li>• Dar formação em Gestão de Irrigação</li> </ul>	\$65,000
3. Novas tecnologias introduzidas para melhorar tanto a qualidade como a colheita de espécies frutícolas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar 4 sítios de demonstração</li> <li>• Identificar espécies apropriadas</li> <li>• Sensibilizar Comunidades / Famílias</li> <li>• Adquirir e distribuir sementes</li> <li>• Dar formação em técnicas de conservação</li> </ul>	\$100,000
4. Cria de animais de ciclo curto melhorada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar e complementar as actividades com comunidades beneficiárias já identificadas e sensibilizadas (pastores)</li> <li>• Reabilitar abrigos de animais com materiais locais</li> <li>• Identificar e adquirir animais melhorados localmente disponíveis</li> <li>• Realmizar campanhas de vacinação</li> <li>• Divulgar técnicas para a produção de alimentos ricos em nutrientes</li> <li>• Apoiar a organização de cadeias de comercialização</li> </ul>	\$110,000

**Quadro de Resultados** (continuação da página anterior)

<b>Resultado esperado em coerência com o Quadro de Resultados de País</b>	
Apoio a iniciativas locais de redução da pobreza	
<b>Indicador de resultado em coerência com os Resultados do Programa País e Quadro de Recurso,</b>	
Linha de Serviço MYFF Aplicável	
Objectivo 3.5 – Conservação e utilização sustentável da bio-diversidade	
<b>Estratégia de Parceria</b>	
A desenvolver com países ISBA, instituições que teriam adquirido valiosa experiência em áreas abrangidas pelo projecto: EMBRAPA, FAO, Banco Mundial, UE e organizações comunitárias de base	
<b>Título do Projecto e Identificação</b>	
Apóio ao sector de Agricultura e Pecuária na Guiné – Bissau	
<b>Resultados esperados</b>	<b>Actividades</b>
	<b>Recursos</b>
5. Pequenas e médias unidades agro-industriais, promovidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar área piloto</li> <li>• Realizar estudo de viabilidade de introdução de novas espécies</li> <li>• Diagnósticar a situação de unidades de transformação dos diferentes produtos existentes</li> <li>• Divulgar técnicas de conservação de castanha e casca de cajú na colheita e pós colheita</li> </ul>
6. Reforço institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e explorar a base de dados existente, das associações comunitárias de base (FAO/MDRA)</li> <li>• Realizar estudo sobre custos de produção e distribuição</li> <li>• Apoiar o Serviço de Desenvolvimento de Negócios (SDN)</li> </ul>

**Plano de Trabalho e Orçamento 2006**

		Actividades				Cronograma				responsabilidade		Orcamento	
		Q1		Q2		Q3		Q4		Fonte	Descrição		Montante
Resultados esperados													
Unidade de gestao operacional	Gestao diária de actividades do projecto									PNUD/Comite d CS IBSA CS IBSA	71300 Pessoal local 74500 Diversos	10 000 2 500	12 500
Producao de arroz e colheitas aumentadas	Sensibilizacao Comunidades e familias									Coord. Nac.	CS IBSA	74500 Diversos	3 000
	Aquisicao e distribuicao de materiais e sementes									PNUD/MADR	CS IBSA	74500 Diversos	10 000
	Form. em gestao de irrigacao									Coord. Nac.MAI	CS IBSA	72200 Servico contrato	2 500
	Visitas no terreno									Coord. Nac.	CS IBSA	71600 Viagens	2 500
	Relatorio									Coord. Nac.	CS IBSA	74100 Diversos	2 000
	Novas tecnologias introduzidas para melhorar tanto a qualidade e colheita de especies de fruticultura									PNUD/MADR	CS IBSA	74500 Diversos	20 000
										PNUD/MADR	CS IBSA	74500 Diversos	25 000
	Consultor internac.									PNUD/MADR	CS IBSA	71200 Pessoal internac.	17 500
	Consultor nac.									PNUD/MADR	CS IBSA	71300 Pessoal Nac.	4 000
	Atelier de informacao e sensibilizacao									Coord. Nac.	CS IBSA	74500 Diversos	5 000
	Relatorio									Coord. Nac.	CS IBSA	74100 Diversos	3 000
	Melhorada criacao de gado de curto ciclo									PNUD/MADR	CS IBSA	71300 Pessoal Nac.	54 500
	Relatorio									Coord. Nac.	CS IBSA	74100 Diversos	5 500
	Promovidas unidades agro-									PNUD/MADR	CS IBSA	71300 Pessoal Nac.	3 500
	Relatorio									Coord. Nac.	CS IBSA	74100 Diversos	9 000
	Total US\$									PNUD	CS IBSA	75100 Execucao directa Taxa 5%	5 050
												106 050	

**GRAND TOTAL**

463 750

Plano de Trabalho e Orçamento 2005



三

Plano de Trabalho e Orçamento 2004